

## APRESENTAÇÃO

### **Dossiê: Epistemologias Indígenas e Ensino de História**

A História Indígena propicia para o Ensino de História possibilidades que visam ampliar o campo da história ensinada. Por meio do enfoque decolonial e da interculturalidade crítica é possível dar ênfase aos protagonismos e resistências indígenas; às memórias, narrativas e educação indígena, bem como a fazeres e saberes indígenas.

Nos últimos anos, especialmente em função da Lei 11.645, tem havido no meio acadêmico e no espaço escolar o recrudescimento do interesse acerca do (re)conhecimento das epistemologias indígenas. Nesse sentido, a descolonização epistêmica confere visibilidade a produções de outras memórias, as quais rompem com a unilateralidade do pensamento colonialista e com a subalternização da apreensão do mundo vinculada ao projeto de dominação do par modernidade/colonialidade.

A interculturalidade crítica, ao contrário da lógica solipsista ocidental, não interpreta as relações de contato como unilaterais. Com o propósito de contrapor-se às tendências etnocidas dos processos contínuos de recolonização, em todos os setores da vida, o conhecimento histórico necessita considerar as narrativas e memórias indígenas sobre as relações interétnicas. Desse modo, o estabelecimento de diálogos interculturais no Ensino de História que fomentem espaços de interações pluriépistêmicas é condição indispensável a fim de

superar e reparar séculos de exclusão, violências e violações.

O/a leitor/a encontrará, neste Dossiê, treze estudos dedicados à temática indígena em suas diversas interfaces.

Em *Reparações e restituições históricas no Ensino de Histórias Indígenas*, Ana Cristina Martinez tece uma importante reflexão sobre os protagonismos indígenas e Ensino de História abrangendo Ensino de Histórias e Culturas Indígenas. A partir de produções artísticas e acadêmicas a autora aborda a questão das retratações e restituições históricas das Histórias e Culturas Indígenas pontuando o campo do Ensino de História e da Historiografia quanto às mudanças de perspectivas a partir da década de 1990 e do marco legal da lei n. 11.645/2008.

*A Alma Cabocla de Paulo Setúbal: notas sobre a ancestralidade indígena invisibilizada* apresenta, em perspectiva de longa duração, as estruturas invisibilizadoras da ancestralidade indígena. Helena Azevedo Paulo de Almeida analisa o livro de poemas “Alma Cabocla”, escrito por Paulo Setúbal, autor da Primeira República brasileira. Neste trabalho, a partir da categoria “caboclo” a autora procura entender como a ancestralidade indígena é apagada, em uma estrutura racista.

Francisco Sávio Silva Santos e Keylla Rejane Almeida Melo, em *História e memória da comunidade indígena Oiticica – Piripiri/Piauí*, trazem a contribuição dos resultados de uma pesquisa realizada na comunidade indígena Oiticica, localizada em Piripiri/PI. Por meio da História Oral e de entrevistas semiestruturadas a pesquisa apresenta os costumes, religiosidade e os modos de sobrevivência dessa comunidade.

No artigo *Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica e a sua relação com os acervos indígenas como suporte à formação acadêmica e profissional*, Arilson dos Santos Gomes e Regina Célia de Camargo Campos demonstram experiências realizadas no Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa

Histórica (Nudoc) *para a* formação acadêmica e profissional. Essas experiências contaram com o suporte dos acervos indígenas. O artigo aborda como essas atividades potencializaram o desenvolvimento acadêmico e profissional dos sujeitos envolvidos.

Em *Os indígenas no Ensino de História: Análise dos trabalhos publicados na Revista do IHGB (1839-1875)* a autora procura compreender como as populações indígenas são apresentadas pelos trabalhos publicados pela Revista do IHGB durante o século XIX. Aline de Souza Dias discute criticamente a construção do pensamento histórico contida nessas publicações, para tanto, a autora mobiliza os conceitos de: natureza histórica e Educação Histórica em suas reflexões acerca da Literacia Histórica.

No artigo *Entre descasos e omissões: a política indigenista na ditadura militar (1964-1985)* as autoras nos oferecem um panorama das políticas institucionais durante os anos centrais da ditadura militar com relação aos povos indígenas. Nesse intuito focalizam as medidas adotadas pela extinta SPI, vigente na primeira metade do século XX até as elaboradas pela FUNAI. Apresentam o modo como o Estado brasileiro, sob comando militar, exerceu a tarefa de “cuidar do índio”.

O artigo intitulado *Ensino da história indígena, metodologias decoloniais e cinema: uma análise do documentário Corumbiara (2009)* relaciona o ensino de história indígena com a utilização da linguagem cinematográfica através das metodologias decoloniais. A partir do conceito de interculturalidade crítica e de sua relação com os temas sensíveis, destaca a escola básica como um espaço de construção de lugares de reconhecimento, aprendizagem e solidariedade. Propõe ainda algumas análises a serem desenvolvidas pelo professor na sala de aula, a partir do documentário Corumbiara, que narra o massacre dos indígenas Kanuê na gleba Corumbiara, ao sul de Rondônia no ano de 1985. Essas análises

partem de elementos estéticos por meio do olhar intercultural presente no documentário citado.

Em *A educação indígena brasileira: Aspectos históricos do protagonismo dos povos indígenas no livro didático* a autora analisa uma obra didática a partir da Lei 11.645/2008, que reestruturou a aprendizagem dos povos indígenas com um discurso pautado na valorização do ensino de História Indígena nas escolas brasileiras. Nesse sentido, visa compreender o protagonismo dos povos indígenas e a construção da sua identidade, cultura e resistência política no livro *Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas/América: povos, territórios e dominação colonial* de Julieta Romeiro, Maria Raquel Apolinário, Ricardo Melani e Silas Martins Junqueira, edição de 2020.

O objetivo do texto *Histórias e culturas indígenas na Educação Básica: a Literatura Indígena Brasileira Contemporânea como fonte histórica na sala de aula* é problematizar o ensino da temática indígena na Educação Básica no contexto da Lei 11.645/2008, buscando propostas pedagógicas mais críticas e que buscam valorizar as epistemologias indígenas. Expõe a abordagem da temática indígena nas escolas de Educação Básica ao longo do tempo e o papel exercido por essa instituição na transmissão de estereótipos e preconceitos que geraram visões reducionistas a respeito dos povos originários. A partir de uma perspectiva decolonial de superação dessa visão, a autora traz duas obras literárias de autoria indígena que se mostraram potenciais fontes a serem utilizadas nas aulas de história.

O texto *Perspectivas para o estudo das rebeliões indígenas na América Latina: TupacAmaru II – Entre novas categorias de análise e um relato de experiência* parte das discussões decoloniais para analisar o imaginário dos povos andinos, suas culturas e trocas culturais com europeus no contexto da revolta de Tupac Amaru II. Visando contribuir para o ensino de História Indígena, o autor expõe seu relato de experiência do estágio supervisionado IV do curso de História da

UFU, momento em que trabalhou a Revolta de Tupac Amaru II e preconceitos contra os povos indígenas. A pesquisa traz inferências acerca da representatividade da figura de Tupac Amaru II como exemplo do impacto dos povos indígenas na sociedade colonial.

O relato de experiência *As relações entre a Cultura Indígena e o Ensino de História em uma escola não-indígena em Uberlândia - MG: um relato de experiência* narra o processo de planejamento e de realização de um projeto sócio educacional interdisciplinar sobre a Cultura e a História dos Povos Indígenas para os alunos do Ensino Médio, aplicado em uma escola estadual no município de Uberlândia – MG em 2023. Através da interculturalidade, articulam-se múltiplas vivências, concepções, costumes e saberes entre as tradições indígenas e a comunidade escolar não-indígena. Aborda ainda tópicos como a realidade escolar, as dificuldades em relação ao ensino de História e os aparatos educacionais que retratam, em sua grande maioria, uma visão eurocêntrica e racista da temática indígena.

A leitura do artigo *Do IHGB à BNCC: Ensino de História, a Ausência Indígena nas Percepções de Cidadania* nos dá um panorama histórico das transformações do conceito de cidadania nas diretrizes e Constituições, engendradas a partir da Proclamação da República (1889). Expõe tensões e conflitos sociais Estatutárias e Institucionais do Estado aos povos Indígenas no que concerne à temas como: acessibilidade; direito; currículos escolares e Ensino de História; representatividades nas narrativas dos livros didáticos e movimentos acadêmicos. Nesse sentido, as imposições colonialistas na construção da nação brasileira, o Regime Tutelar e os silenciamentos do protagonismo indígena visibilizam as relações entre Estado, conflitos agrários e interesses econômicos que atingem os povos originários.

Em *Perspectivas para a Educação Escolar Indígena: uma experiência entre os Wajãpis do Amapá* os autores trazem para a cena do debate uma experiência de

campo realizada entre os Wajãpis da aldeia Aramirã no município de Pedra Branca do Amapari, no Estado do Amapá. Eles discutem os aspectos que envolvem a educação escolar indígena a partir do processo educacional entre os indígenas da etnia Wajãpi. O texto apresenta a formação educacional como uma importante ferramenta para a consolidação dos direitos indígenas e como a educação enquanto demanda das comunidades indígenas é fruto de diversas reivindicações por parte dessas mesmas comunidades.

Na seção de artigos livres temos três contribuições. O texto *Por uma história do nietzschianismo: o legado de Nietzsche entre Marshall Berman e Gianni Vattimo* que investiga como se deu a leitura da obra de Nietzsche através de dois importantes pensadores do século XX: Marshall Berman e Gianni Vattimo. Mesmo divergentes entre si, os dois autores citam Nietzsche na introdução de suas obras, consideram a contemporaneidade com palavras diferentes da visão do outro e se apropriam da obra de Nietzsche citando elementos aparentemente contraditórios entre si. O debate conceitual se dá a partir de um verbete: este verbete é nietzschianismo. Neste trabalho, ele será utilizado a partir da concepção de Woodward (2016, p. 48), segundo a qual nietzschianismo se refere a um conjunto de diferentes – e mesmo divergentes – apropriações de Nietzsche feitas por autores que de uma maneira ou outra se consideravam adeptos ao mesmo ou pretendiam seguir seus passos artístico-filosóficos. Essa leitura do pensamento nietzschiano, historicamente apurada, compõe um quadro de considerações teóricas crítico e atualizado aos interessados em nietzschianismo, representação, história das ideias e história da filosofia.

*Reflexões sobre a memória de Joaquim Pinto de Oliveira, o Tebas (1733-1811)* trata-se de um trabalho que tem como objetivo recompor traços da trajetória de atores sociais desprezados pela historiografia convencional, nesse sentido, refleti sobre alguns aspectos da memória de Joaquim Pinto de Oliveira (1733-1811), conhecido como Tebas.

O texto *A Categoria Trabalho nas Propostas Curriculares de Santa Catarina e no Currículo Base do Território Catarinense: Neoliberalismo e Curricularização da Precarização* analisa as transformações no conceito de trabalho, dentro da etapa do Ensino Médio Catarinense, a partir da Lei 13.415 de 2017. Procura compreender a trajetória histórica e de lutas político-social no que tange à rede estadual de educação do Estado de Santa Catarina. Essa é uma discussão importante porque observa os riscos do discurso utilitarista voltado para a educação. Tais discursos, uma vez presentes, nos documentos normativos, significam a aproximação com organismos externos e grupos empresariais.

Agradecemos imensamente a todas as autoras e todos os autores que aqui se dedicaram a contribuir para a descolonização do conhecimento nos diferentes contextos educacionais e nos diversos aportes didáticos, cinematográficos e literários referentes aos povos originários. Acreditamos que a educação intercultural crítica possa incidir no fortalecimento dos movimentos indígenas e atender o chamado que o xamã Davi Kopenawa nos faz: “acordar o pensamento para proteger a floresta, o mundo e a terra-floresta”<sup>1</sup>. No mais, lhes desejamos uma excelente leitura!

Boa leitura.

As organizadoras

*Luciana Leite (UFCAT)*

*Patrícia Emanuelle Nascimento (INHIS/UFU)*

---

<sup>1</sup> Frase proferida por Davi Kopenawa na conferência *Diálogos pela (re) existência em um mundo comum* realizada em sete de setembro de 2022 e disponível no canal da UFMG: <https://www.youtube.com/watch?v=WzsAGSjVCsQ&feature=youtu.be>